



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**CONHECENDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL
DO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB**

Deusimar Fernandes de Sousa

Pombal - PB, Brasil

2010

CONHECENDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB

por

Deusimar Fernandes de Sousa

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial**

Pombal - PB, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora,
abaixo assinada,
aprova o Artigo Monográfico
de Especialização

**CONHECENDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL
DO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB**

elaborado por

Deusimar Fernandes de Sousa

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial:

Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Laura Cristina Nardi

Fabiane Adela Tonetto Costas

Giovana Toscani Gindri

Pombal - PB, Brasil

2010

Agradecimentos

No caminho percorrido por mim durante a construção deste trabalho, além das pessoas que normalmente estão presentes e dão forças para superar os obstáculos de minha vida, tive a felicidade de conhecer pessoas que me ajudaram bastante para a conclusão deste trabalho.

Primeiramente a **Deus**, por me manter firme e com saúde para ter forças para concluir este trabalho. Sem ele em minha vida, eu nem teria se quer iniciado esse trabalho, aliás, eu nem estaria aqui. Obrigado, senhor da minha história.

A **minha mãe**, que não está mais presente, está junto de Deus, que sempre me dizia que eu era capaz de realizar qualquer coisa, bastava esforço e dedicação, isso me impulsionava a ir sempre adiante. Em especial, te ofereço esse trabalho.

A minha esposa **Dayane**, que me acompanha em meus bons e maus momentos, nos momentos alegres e tristes, por seu amor por mim, também te dedico esse trabalho... Obrigado por estar comigo... Te amo.

Liane Camatti e **Tatiane Negrini**, minhas queridas e inesquecíveis mestras... Nem sei o que dizer de vocês! Pelo pouco que cheguei a ter o prazer de conhecer de vocês, deu pra saber o suficiente a respeito de vós, continuem assim... Esforço, perseverança, humildade, simplicidade, conhecimento, amizade, interesse, solidariedade, etc., são algumas características que pude perceber em vocês. Que Deus as ilumine cada dia mais.

Laura Cristina Nardi, minha querida orientadora, muitíssimo obrigado por tudo, que Deus continue te abençoando.

Minha amiga e colega professora **Francineide Maria dos Santos Lima**, por ter me auxiliado nesta tarefa com sabedoria e paciência, que seus conhecimentos sejam abençoados por Deus.

A senhora diretora da Escola Especial **Raquel Franklin de Oliveira Nóbrega**, pelas várias vezes que fui à escola e sempre me atendeu bem, com paciência, amor e dedicação. Sua dedicação pela escola é facilmente percebida, até mesmo de longe e por aqueles que não te conhecem bem, como eu. Que Deus te dê forças para continuar lutando em benefício dessas crianças.

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

Este trabalho tem por objetivo manifestar por meio de uma abordagem histórica da Educação Especial, desde as civilizações antigas até a nossa, o contínuo e gradativo avanço, apesar de ter sido de forma paulatina, dos olhares e interpretações acerca desta modalidade de ensino tão evidente, discutida e questionada pelas sociedades atuais. A pesquisa foi baseada em análises de artigos acadêmicos diversos e num trabalho de campo direcionado a uma instituição de nosso município que atende crianças com necessidades educacionais especiais. Assim, o presente trabalho tem por finalidade expor uma abordagem histórica da Educação Especial desde a antiguidade até nossos dias, apresentando uma evolução desta modalidade de ensino. Analiso ainda algumas leis que contribuíram bastante para concretizar essa evolução nas questões educacional e social e, sobretudo, no que diz respeito às diferenças. Constata-se um movimento importante em relação à inclusão, mas ainda observa-se resistência por parte de educadores e governantes.

Palavras-chaves: História da Educação; Educação Especial; Educação Regular; Deficiência.

CONHECENDO A EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL-PB

AUTOR: Deusimar Fernandes de Sousa
ORIENTADORA: Laura Cristina Nardi
CIDADE: Pombal

SUMÁRIO

1. A ORIGEM DO PROBLEMA	07
2. UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE AS DEFICIÊNCIAS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	09
3. CAMINHO INVESTIGATIVO.....	15
3.1 Entrevista com a gestora da instituição	16
3.2 A Escola Especial	17
3.3 Análise dos questionários	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

1. A ORIGEM DO PROBLEMA

Meu interesse em tentar compreender melhor as questões da deficiência remonta de minha juventude. Quando, ainda jovem, deparava-me com situações que me deixavam assaz constrangido. Refiro-me aos momentos onde, amigos meus, sabiam conversar com pessoas surdas e eu, nada podia fazer, pois não compreendia uma palavra do que conversavam. Parecia tão simples, que certa vez, tentei eu mesmo pedir um simples objeto (um CD) emprestado a um dos meus conhecidos surdos, e não soube como fazê-lo. Eu, uma pessoa que se dedicava tanto aos estudos por incentivo de meus irmãos, não podia me comunicar com um amigo. Isso me inquietava.

Tornei-me adulto... Tornei-me um profissional na área do ensino fundamental... Que lástima! Já no segundo ano, na escola onde lecionava, deparei-me com uma criança parcialmente surda. Debrucei-me em várias metodologias, mas me vi incapaz de oferecer qualquer ajuda aquela criança.

Ao final do ano letivo, estava decepcionado comigo mesmo e motivado a desistir daquela profissão que naquele momento passei a enxergar o grau de importância. Para sorte daquele aluno, existia na cidade uma Escola Especial, para onde o mesmo foi levado devido a um despreparo ou mesmo incapacidade profissional dos docentes em relação ao caso.

Hoje, aquele mesmo aluno e tantos outros, estão regressando para serem matriculados nas instituições regulares onde atuo. Em razão disso, temo reviver novamente aquela árdua e frustrante experiência já pela qual passei e novamente não poder contribuir positivamente para o desenvolvimento intelectual dos educandos.

Com o objetivo de conhecer melhor a educação especial e também de poder aprender com os profissionais que atuam junto a esses sujeitos é que concretizo esse trabalho. A pesquisa será desenvolvida através da análise de documentos, entrevistas e questionários com os profissionais que atuam na instituição.

Sendo assim, a pesquisa nos levará ao contato com a realidade vivenciada pelos funcionários e alunos da escola, seus problemas e desafios. Discutiremos algumas práticas vivenciadas no cotidiano dos profissionais da educação, atentando

para a forma como atuam, como agem, como lidam com as crianças com limitações.

Enfim, conhecer um pouco da problemática que envolve esses profissionais nesse tema tão discutido atualmente.

Sobre a importância das interações sociais na escola, DAVIS, SILVA & ESPÓSITO (1989, p. 54) cita que

Debates, questionamentos, ilustrações, explicações, justificativas, extrapolações, generalizações e inferências são presença obrigatória nas interações sociais que se quer nas escolas, contribuindo para que se alcance uma concepção de homem, mundo e sociedade mais flexível, menos ideológica e menos alienante...

E em se tratando de uma escola especial não poderíamos deixar de mencionar a questão da inclusão, a qual pode ter desdobramentos inesperados. Nesse ínterim, no momento em que ocorre esse diálogo entre educação especial e educação regular, pergunta-se: Conhecer as formas de educação das pessoas com necessidades educacionais especiais pode contribuir e favorecer para a educação destes na atualidade? Como, na prática, ocorre à inclusão dos alunos especiais? Esses alunos estão realmente tendo seus direitos garantidos segundo a lei? Como, os processos metodológicos da Escola Especial, podem servir de base para a escola regular?

Nosso objetivo é colaborar com o andante e atual processo de inclusão. Ao perfazer este caminho, pretendo conhecer algumas metodologias e os recursos pedagógicos utilizados na Escola Especial do município de Pombal para servir de base para o trabalho dos profissionais das escolas regulares.

Para a realização concreta do trabalho, procedi inicialmente, analisando documentos históricos diversos que retratam todo o preconceito que sofreram e sofrem ao longo de séculos de história. Analisei também documentos relativos à legislação brasileira, buscando fazer um apanhado geral da situação atual em relação ao andamento dos processos de inclusão. E ainda, realizei entrevistas e questionários pelos profissionais da Escola Especial de Pombal, tentando, dessa forma, conhecer um pouco da história da instituição, como também a forma como se dá o trabalho de resgate da auto-estima destes sujeitos tão esquecidos por boa parte da nossa sociedade.

2. UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE AS DEFICIÊNCIAS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A vivência entre os seres humanos das sociedades primitivas, escravista, feudal e capitalista ao longo da História nos faz compreender a dificuldade nas inter-relações entre os seres divinamente iguais, mas psíquica e/ou fisicamente tão diferentes.

Essa lógica perpassa os tempos. Na procura de suprir suas carências mais simples, atendendo suas necessidades mais básicas, os homens edificam sua existência e, involuntariamente, vão construindo suas relações e produzindo, segundo a lei natural das coisas.

É nessa perspectiva que podemos compreender como as sociedades históricas lidavam com aqueles que nasciam ou eram acometidos de deficiências.

As sociedades primitivas eram nômades devido a um fato lógico: os recursos naturais se esvaíam e isso gerava uma alternativa única e necessária! Mudar-se para outro lugar que oferecesse abundância de recursos. Esse fato gerava o abandono daqueles que não estavam “aptos” para a realização daquele processo. E como era a sobrevivência de todo um grupo estava em jogo, não havia hesitação! Os “incapazes” para a realização da travessia do processo eram relegados a sua própria sorte.

Observemos o que cita Bianchetti (2007, pág. 8 e 9) sobre isso:

É por esta perspectiva que vamos entender a forma das sociedades primitivas, tanto as dos primórdios dos tempos quanto as mais próximas de nós, tratar aleijados, cegos, surdos, coxos, paralíticos, enfim, aqueles que nasciam ou eram acometidos de alguma deficiência. Como o atendimento das necessidades estava totalmente na dependência do que a natureza lhes proporcionava, como, por exemplo, a caça, a pesca, as cavernas para abrigar-se, etc. uma das características básicas destes povos eram o nomadismo. Ora, a natureza é cíclica, está totalmente fora do controle dos homens e isso vai exigir deles deslocamentos constantes, razão pela qual é indispensável que cada um se baste por si e ainda colabore com o grupo. É evidente que alguém, portador de alguma deficiência natural ou impingida na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado e sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa. Utilizando uma linguagem dos dias atuais, podemos afirmar que nas sociedades primitivas, “quem não tem competência não se estabelece”... Os mais fortes sobrevivem.

Na sociedade grega, o esteio dado pelo escravismo, vem conceder demasiada ociosidade aos homens livres que passam a pensar de forma mais sistematizada, dando origem a novos paradigmas que perpassariam os séculos. De acordo com Nardi (2007, pág. 52), na Grécia antiga prevalecia o culto a perfeição, sendo que aquelas crianças que nasciam com algum padrão que fosse considerado como desviante, eram eliminadas.

Segundo Aranha (1995), a visão de homem se altera com a chegada do cristianismo. Agora ele é visto como uma criação e manifestação de Deus e, sendo assim, os deficientes passam a ser merecedores de cuidados, mesmo não sendo seres produtivos, possuem alma e, por essa razão, não mais irão ser exterminados. No entanto, a família e a igreja, são os responsáveis para oferecer os cuidados necessários aos mesmos, mas não foram integrados à sociedade, permaneciam a margem, abandonados em abrigos.

Segundo Bianchetti (2007, p. 9 e 10), difundido século após século, pela filosofia e pelo judaísmo cristão, o paradigma ateniense ressurge na Idade Média, porém a visão teológica vivenciada pela sociedade medieval desvia o foco da dicotomia corpo/mente para corpo/alma. Ao nascerem, os diferentes não eram mais sacrificados. No entanto, passam a ser estigmatizados, pois a deficiência agora é vista como pecado, como um castigo concedido por Deus para aqueles de alma impura. Ao passo que, essa visão teológica da sociedade do medievo atinge o ápice de sua significação e nos ajuda hoje a compreender tantas mortes injustas desse período. Bianchetti refere-se, por exemplo, ao suplício na fogueira da Inquisição e a autoflagelação praticada por muitos cristãos nessa época, pois acreditavam que a mortificação do corpo, purificava a alma.

A partir do século XVI, a derrocada do feudalismo cede lugar a um poderoso sistema econômico que traria mudanças profundas e alcançaria nossos tempos: o capitalismo.

A fatalidade hereditária ou congênita assume o lugar da danação divina, para efeito de prognóstico. A ineducabilidade ou irrecuperabilidade do idiota é o novo estigma, que vem substituir o sentido expiatório e propiciatório que a deficiência recebera durante as negras décadas que antecederam a medicina, também supersticiosa. O médico é o novo árbitro do destino do deficiente. Ele julga, ele salva, ele condena. (PESSOTI, 1984, p. 68)

No período que chamamos de Idade Moderna, o homem é visto como animal racional, capaz de realizar atividades que possibilitam a mudança do mundo para melhor, ou seja, de trabalhar em prol do bem estar da sociedade por meio da produção em maior quantidade, em grande escala. A observação, a experimentação e as hipóteses passam a ter maior valor. As leis divinas são relegadas e a prioridade passa a ser as leis naturais.

E com o surgimento do método científico, iniciam-se estudos científicos que priorizam uma espécie de classificação das deficiências que caminham para uma formulação de que a deficiência seria uma doença que precisa ser medicada ou tratada.

De acordo com Aranha (1995), a Revolução Industrial e o modo de produção capitalista valorizaram o potencial produtivo das pessoas. E era necessário formar cidadãos produtivos no intuito de aumentar a mão de obra, pois, a demanda por produtos industrializados se tornava cada vez maior. E foi nessa época que passou a investir nos deficientes, pois passaram a ser vistos como capazes de realizar atividades industriais.

Sendo assim, a nova classe social advinda das ruínas feudais, ou seja, a burguesia torna-se hegemônica e impregna tudo e todos com seu ideário liberalista. A produção voltada apenas para a subsistência entra em colapso por uma razão simples. A lógica do capitalismo é a acumulação de capital, logo, quanto maior for o ritmo da produção, maior será o lucro.

Segundo Bianchetti (2007, p. 12) a burguesia vê a necessidade de se buscar novos mercados. Para isso, é necessário atravessar os mares, e isso desafia as ciências e impulsiona novas descobertas. Uma verdadeira revolução que derrubou a ordem feudal e enfraqueceu o poder ideológico da igreja que ocasiona no enfraquecimento do teocentrismo e fortalecimento do antropocentrismo. O homem agora é o centro de tudo! Tenta dominar as forças naturais para melhor usufruir de seus recursos. Grandes estudiosos como Copérnico, Galileu, Bacon, Newton, Locke e tantos outros que deram suas contribuições para a ascensão burguesa e lançam uma nova forma de produzir o conhecimento.

Após a vitória da revolução, principalmente os ideais de liberdade e igualdade, são esquecidos pela agora classe hegemônica burguesa.

Novos tempos! Novas formas de produção! Do artesanato a manufatura e desta a maquinofatura e a produção em série. Esta exige mão-de-obra especializada em determinadas tarefas. Daí surge a divisão do trabalho em manual e intelectual. Nessa nova forma de produção capitalista, o burguês necessita de trabalhadores que executem as atividades braçais que exigem força, músculos e outros que se encarreguem das tarefas de planejamento, organização, ou seja, funções específicas onde se exige o trabalho do cérebro e não dos músculos.

Esta concepção valorativa das atividades desempenhadas pelos indivíduos atinge os dias atuais e com ela a segregação daqueles que não se encaixam nessa lógica de produção. Numa época onde o acúmulo de capital é a receita para o crescimento e o desenvolvimento, o que fazer com aqueles que não são produtivos? Como lidar com a questão da deficiência?

Beneficiando-se (ou ajudando a promover?) de toda uma reavaliação dos direitos humanos e na esteira que inclui a mulher, a criança, o índio, o negro, o idoso... A pessoa com necessidades especiais pode começar a ser olhada e a olhar para si mesma, de forma menos manequista: nem herói nem vítima, nem deus nem demônio, nem melhor nem pior, nem super-homem nem animal. Pessoa (AMARAL, 1994, p. 15)

Finalizando essa caminhada histórica, no período da Idade Contemporânea, o qual estamos vivenciando, o foco agora é o homem como ser social e os questionamentos e as discussões se voltam para este ponto: o homem na sociedade. Logo, nesta nova sociedade, percebemos que as atitudes em relação ao ser humano deficiente, se modificam e vemos a oferta de educação chegar até estes, como também a oportunidade de integrar-se socialmente. E de forma gradativa e bem paulatina, estamos hoje, presenciando ou vivenciando esta modificação do pensamento social em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais, vemos prevalecer o conceito de direito.

Percebe-se, portanto, que desde o mundo greco-romano até o século XVI, período que marca o fim da Idade Média, impera a pedagogia da essência que concebe todos os homens como sendo iguais e, por essa razão, serão tratados de forma homogênea, ou seja, quem nasceu pobre permanece pobre e que nasceu rico permanece rico.

A ascensão burguesa e seus ideais de liberdade e igualdade, juntamente com a democratização da educação trouxeram em seu bojo, a possibilidade de progressão social, e a educação era a via mais eficaz para se reportar de uma classe a outra. Trata-se de disputas no interior das escolas e a pedagogia da essência é questionada, surgindo uma concepção que valoriza o caminho trilhado pelos homens, da origem à Escola Nova: é a pedagogia da existência. Nesse momento, há uma valorização das especificidades de cada ser e como conseqüência, haverá a exclusão de alguns.

A partir daí, filósofos e pedagogos passaram a analisar as especificidades. Rousseau, Pestalozzi, Froebel, Piaget, Vygotsky, Paulo Freire e tantos outros que se dedicaram e dedicam-se a tentar compreender as especificidades que engendraram a pedagogia da existência.

Em meio a isso, alguns estudiosos preocuparam-se com aqueles que não se encaixavam no padrão de normalidade e, por essa razão, são segregados. Acontece que, a preocupação da especificidade da deficiência vem trilhando, desde o século XVI, um tortuoso caminho que perpassa a órbita de influência da igreja e da medicina quando expõem suas variadas interpretações. Cito aqui a visão teológica, a organicista e a fatalista. Esta última, aceita por grande parte dos estudiosos, explica, segundo a lógica do inatismo, que pouco se pode realizar a respeito. E essas idéias cortaram os séculos levando sua herança negativa que perdura até os dias atuais.

Entretanto, em meio a tantas interpretações, surgem na França do século XIX, Jean Marc-Gaspard Itard e Edouard Seguin.

Na tentativa de integrar um selvagem conhecido como Victor, o menino selvagem de Aveyron, Philippe Pinel e outros, seguindo a perspectiva médico-organicista-fatalista, diagnosticaram que seria incapaz de conviver e se adaptar a sociedade, pois era um idiota. Diferentemente destes, Itard e Seguin não diagnosticaram nenhuma anormalidade no menino. Simplesmente não haveria de se esperar semelhante comportamento de uma pessoa que foi provavelmente desde o nascimento, despojada de seu convívio social e lançado numa selva onde, logicamente, passa a ter contato apenas com seres selvagens. No entanto, fundado uma perspectiva pedagógica, diz que ele pode ser educado. E realmente obtêm gradativos progressos durante os vários anos que se dedicou a educação de Victor.

Ao aprofundar-se nas pesquisas, Seguin, o criador da teoria psicogenética, pretende encontrar um método aplicável para educar um ser humano com qualquer tipo de deficiência mental, chegando a alcançar resultados expressivos e favoráveis aos deficientes.

Segundo Queiroz e Silva (2001, p. 25 e 26), sobre o início da nova modalidade de ensino no Brasil:

Podemos destacar como a fase embrionária da Educação Especial no Brasil a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro no dia 12 de setembro de 1854 por D. Pedro II, e graças a iniciativa e a luta de um cego brasileiro, José Álvares de Azevedo, que estudava no Instituto dos Jovens Cegos de Paris.

Por volta de 1890 no período republicano o Instituto tem seu nome alterado para Instituto Nacional dos cegos e seu regulamento é modificado e em 1891 através do Decreto nº. 1320, a escola passou a chamar-se Instituto Benjamim Constant.

No entanto, apenas no final do século XX a sociedade brasileira inicia realmente um movimento mais organizado e consciente por parte de umas poucas pessoas visando melhor qualidade de vida para aqueles que até então eram relegados a sua própria sorte. O movimento ganha proporções não esperadas até mesmo por parte do poder público, mas infelizmente os casos de segregação continuam sendo notícia em nossos jornais.

Ferreira e Guimarães (2003. p. 66) apresenta uma situação de segregação histórica no Brasil atual

No Brasil, algumas tribos do Alto Xingu no Mato Grosso, até hoje exterminam os bebês que nascem com deficiência, enterrando-os vivos, por acreditarem que criança nascida com deficiência não tem condições de ir para a selva, de trabalhar, de garantir seu sustento, de se defender.

Em meio a tantos casos que desmascaram a real face de nossa sociedade, apesar de ser muito recente, podemos perceber que nossa sociedade inicia um processo de mobilização em benefício dos deficientes para que possam ter uma melhor qualidade de vida.

Se formos analisar criticamente as atuais condições de andamento dessa questão, percebe-se que a inclusão dessas pessoas com necessidades educativas

especiais começa a ganhar espaço nas discussões não só escolares, mas sociais também.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96) todas as pessoas com necessidades especiais podem e devem ser matriculadas em escolas regulares objetivando a inclusão de todos, sem distinção, em âmbito educacional e social.

Já na Constituição de 1988, essa preocupação em atender bem os especiais veio à tona. O artigo 205 institui

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, percebemos que as pessoas com necessidades educativas especiais trilharam e ainda trilham, um caminho longo e tortuoso. Nas sociedades nômades, o abandono! No período cristão, foram entregues a família e a igreja que foram responsabilizados pelos seus cuidados! No medievo, estigmatizados e considerados inimigos de Deus! Agora, no capitalismo, com a divisão do trabalho em manual e intelectual, considerados incapazes de produzir, segundo as exigências do crescente mercado que visa somente o lucro e, por isso, a necessidade de aumentar a produção. É lastimável que nos dias atuais, ainda não conseguimos enxergar e resolver tal injustiça. O que vemos é apenas uma luz no fim do túnel que paulatinamente se aproxima, mas não temos a certeza de quando realmente nos alcançará. Porém, podemos iniciar essa mudança hoje! Só depende de você... Só depende de mim... Só depende de nós.

3. CAMINHO INVESTIGATIVO

A referida pesquisa foi realizada na Escola Especial e Fundamental “Psicólogo Gilmar Pereira Trigueiro”, através da utilização de questionários e entrevista a fim de conhecer um pouco mais sobre o trabalho dessa instituição e também através da análise de documentos da instituição.

De acordo com Rosa e Arnoldi (2006, p. 17)

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados consideradas como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.

Conforme já explicitado anteriormente, além da entrevista, também se utilizou para a realização da coleta de dados, um questionário destinado aos professores da escola.

Participaram da pesquisa cinco professores e a diretora da escola. Todos eles, inclusive a gestora, são licenciados para o exercício da profissão pela Universidade Federal de Campina Grande ou pela UVA (Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú), nos cursos de Pedagogia, História ou Geografia. Alguns estão cursando especialização na área da Educação Especial.

3.1 Entrevista com a gestora da instituição

Ao visitar a escola algumas vezes, eu conversava com a diretora e, com o passar do tempo, durante o diálogo, ia perguntando sobre a história da instituição e, a mesma mostrou-me um trabalho monográfico onde constava o histórico desta. Observando esse texto, elaborado por uma professora como pré-requisito para a aquisição do título de especialista em educação especial, retiramos alguns dados que serviram de base para a parte histórica deste trabalho. A própria diretora também já havia feito um trabalho monográfico onde constavam também algumas datas que foram, assim como o da professora, aproveitadas por mim.

Logo, reunindo dados das entrevistas e destes estudos mencionados, perfiz essa parte onde escrevo sobre o histórico da instituição e reuni-as no texto que segue abaixo.

3.2 A Escola Especial

A APADA (Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos) surgiu da necessidade de um grupo de pais da cidade, preocupados com a escolaridade e socialização de seus filhos com deficiência auditiva, terem a oportunidade de frequentar uma instituição educativa em seu próprio município. Pois, nesse período, estes frequentavam uma Escola Especial de um município próximo do nosso (72 km de distância).

Frente às dificuldades, inconveniências e preocupações com a segurança durante a locomoção, além do desgaste físico e mental dos educandos, as famílias se organizaram e decidiram fundar e regulamentar a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos, com o propósito de promover a escolaridade e socialização dos educandos com necessidades auditivas especiais no próprio município, sem distinção de cor, sexo, posição social, convicção política ou credo religioso.

A APADA iniciou seus trabalhos em 1992, numa casa situada a Rua João Pessoa, tendo a frente o psicólogo Gilmar Pereira Trigueiro.

Em 2005, os alunos com deficiência passaram a ter sede própria, sendo inaugurada e batizada com o nome de seu principal fundador. Sendo assim, desde 2005, oferta seus serviços no atual endereço, ou seja, a rua José Maria Martins, N° 910, no bairro Jardim Rogério. É a única instituição existente no município que tem como função principal atender crianças e adultos com deficiências, garantindo a todos os munícipes, o direito a educação.

A referida instituição existe há 20 anos e atende atualmente, na sua maioria, alunos com alguma deficiência. Logo, nesse ano, consta nos quadros da escola a presença de alunos com deficiência mental, visual, física (cadeirante), com deficiências múltiplas, autismo e com Síndrome de Down. A média anual de alunos matriculados no total, gira em torno de cinquenta, distribuídos nas seis salas de aula, nos dois turnos.

Com relação à localização da instituição, esta se localiza em um bairro nobre do município, o que contribui para a educação dos alunos.

Observando as dependências da instituição, percebe-se que as mesmas, de forma geral, possuem medidas assaz limitadas para as atividades realizadas nelas, as quais requerem ampliação para que se possa oferecer um atendimento de melhor.

Alguns materiais de uso pedagógico¹ foram disponibilizados aos educadores que os utilizam com sabedoria para a execução e suas atividades cotidianas. No entanto é insuficiente para atender a demanda.

A instituição conta com o atendimento especializado de profissionais como o psicólogo educacional, fonoaudiólogo, assistente social, dentre outros que realizam atendimentos aos alunos, de acordo com suas necessidades e/ou oferecem orientações às famílias dos mesmos.

Nesse ano de 2010, constam nas matrículas exatamente 38 alunos. Sendo que, há a possibilidade de transferências ou matrículas ocorrerem a qualquer momento, alterando esse quadro.

A docência é formada por profissionais do próprio município e também de municípios vizinhos. Exercem um trabalho eficaz, cumprindo seus horários e suas funções frente às carências da instituição.

O labor docente é baseado nos pré-supostos contidos do Projeto Político Pedagógico elaborado e adotado pela instituição. Ele norteia todos os procedimentos de todos os funcionários.

A Secretaria Municipal de Educação, sempre que os recursos são suficientes, realizam capacitações direcionadas a todos os funcionários, buscando reciclar os profissionais para a adoção de novas metodologias.

3.3 Análise dos questionários

Para a coleta de dados também utilizamos questionários que foram respondidos pelos profissionais da instituição.

Uma questão interessante sobre o quadro de funcionários da referida instituição a qual observei para a realização desta pesquisa, é que, em alguns

¹ Uma máquina de Xerox, uma máquina fotográfica, um aparelho de DVD, um mimeógrafo, e uma TV, entre outros.

pontos importantes da área, eles têm pensamentos divergentes e, às vezes, contraditórios. Não há uma comunhão acerca de alguns assuntos.

Quando indaguei em questionário sobre o que é Educação Especial na opinião de cada um deles, obtive, entre outras respostas

É um tipo de trabalho realizado com pessoas que são portadoras de necessidades especiais... A maioria dos professores são despreparados e não querem trabalhar os alunos como deveria ser...

... É uma educação diferenciada, mas não no sentido inferior, porque se exige muito mais dos profissionais...

Percebemos que possuem basicamente o mesmo discurso no que se refere à exigência de algo mais para a realização da função de educador de uma instituição especial. No entanto, há um educador que menciona algo contraditório. Diz que *“os profissionais da instituição são despreparados”* para o exercício da função ocupam.

Percebe-se que esses profissionais abrangem a Educação Especial como sendo uma prática pedagógica que deve se adaptar às diferenças individuais dos educandos e, para exercerem um bom trabalho se faz necessário que o profissional tenha conhecimento de causa, ou seja, ao menos, um especialista na área.

Ainda sobre este tema, outro diz

De acordo com os novos paradigmas da educação, existe outros saberes que se dão a partir da convivência com o outro, esses saberes são disseminados pelas relações cotidianas, social, familiar e cultural, estabelecendo assim a compreensão entre seus pares e do mundo.

A Política Nacional de Educação Especial vem oportunizar e garantir uma educação onde se prioriza as relações interpessoais, a construção de saberes e práticas que venham minimizar barreiras e conquistar um espaço livre de qualquer forma de preconceito.

De acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394, datada de 20/12/1996, no Capítulo V, diz que a Educação Especial define-se como sendo uma modalidade de educação escolar que é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com necessidades educacionais especiais. Portanto, pode-se perceber um caráter universal da mesma, pois perpassa todos os níveis de ensino, do Infantil ao Superior.

Segundo o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, Artigo 24, § 1º - entende-se por Educação Especial como sendo um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis e modalidades da educação.

Observando este último conceito de Educação Especial, percebemos certa limitação teórica dos educadores para responder a essa questão e percebemos que seria muito bom se houvesse formações permanentes para que possam se apropriar de mais conhecimentos acerca do trabalho que realizam, e o município poderia oferecer cursos de capacitação na área para que possam melhor exercer suas funções, pois a maior parte deles, não possui formação específica para este cargo de grande responsabilidade que ocupam. Aliás, apesar de não possuírem essa formação específica, fazem um trabalho excelente, pois percebemos que se esforçam para suprir suas carências de conhecimentos, o problema está no sistema educacional brasileiro que impõe de cima para baixo as leis sem que concedam o devido tempo e recursos financeiros suficientes para a formação dos educadores.

Em outro momento, os educadores da Escola Especial foram indagados a falarem sobre a instituição onde lecionam e uma das entrevistadas, tentando responder a questão, desviou-se do assunto e terminou falando de sua dedicação ao trabalhar com os especiais. Acredito que lhe faltou o conhecimento teórico, e ela resolveu então enveredar pela sua prática educativa.

Uns comentaram sobre o número de alunos matriculados, os horários de funcionamento da referida escola, número de profissionais que atuam na instituição, relataram que a escola tem apenas alunos com necessidades educativas especiais matriculados e outras questões também irrelevantes.

Em relação a isso, houve um profissional que disse: "*a instituição ainda funciona como escola regular*"! O problema é que não existe escola regular dentro da educação especial e sim o inverso! Há escolas especiais dentro do sistema de escolas regulares e mesmo assim, já vemos o andamento do processo de extinção destas, mesmo que paulatinamente, ao serem inseridas dentro do contexto das

escolas regulares. Esse processo está amparado pela legislação em vigor, passando a ser uma determinação das políticas públicas educacionais nos níveis federal, estadual e municipal.

Vemos isso por exemplo, no inciso III do Art. 208 da *Constituição Brasileira* quando se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, *preferencialmente na rede regular de ensino*. Também na sua *Política Nacional de Educação Especial* (MEC/SEEP, 1994), o MEC estabelece como diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inserção das pessoas com deficiências, e dar prioridade quando do financiamento a projetos institucionais que envolvam ações de integração. Esse mesmo questionamento foi posteriormente enfatizado na *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei nº. 9.394/96), e ainda nas *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica* (CNE / CEB, 2001).

Quando foi indagado aos educadores que lecionam na Escola Especial sobre a questão da sua inclusão às escolas regulares, ou seja, a intenção da mesma fazer da rede regular de ensino em nosso município, todos os profissionais tiveram um pensamento linear nesse ponto. No entanto, apenas um dos entrevistados ofereceu resistência expondo restrições e outro expressou sua indignação e foi enfático, dizendo que era totalmente contra. Veja o que este disse

Eu acredito que lá (escola regular) eles vão ser mais excluídos ainda...
Acho que isso só vai acontecer no papel, pois na prática, isso anda tá muito longe de se conseguir e os especiais vão ser ainda mais excluídos...

Sobre a questão da inclusão, esses profissionais relataram um pensamento linear e positivo. Todos relataram sobre a importância da convivência com os ditos normais para que possa haver o intercâmbio de conhecimentos e de culturas.

Logo, pode-se perceber que não há incredulidade por parte dos profissionais no que se refere à inclusão gradativa dos alunos no sistema regular de ensino, visto que essa inclusão irá proporcionar um grande desenvolvimento destes no campo social.

O documento das *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, determinam, no art. 2º que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Na Convenção da Guatemala (2001), que foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas e define discriminação como:

(...) toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, no seu artigo 1, trata da ideia de limitação das pessoas, não impedindo sua interação com o ambiente. Define no seu artigo 1º, que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Portanto, é uma decisão individual de cada instituição aderir a este movimento altruísta que prevê a eliminação de barreiras sociais que irão dar o direito aos excepcionais de trânsito nas escolas da rede regular de ensino em todo país, cabendo a cada escola em particular erguer essa bandeira e abolir a exclusão desses sujeitos da sociedade.

Objetivando ter conhecimento sobre como está especificamente à educação especial do município, pedi aos entrevistados para expressarem suas opiniões sobre isto. Expressaram insatisfação e desesperança por dias melhores. Falaram sobre seus desejos de ampliar as instalações para poderem realizar um trabalho de melhor qualidade, sobre o despreparo da maioria dos profissionais na área, a insuficiência de materiais pedagógicos, a escassez de recursos para investimentos mais significativos e a necessidade de parcerias e de capacitações regulares para

os profissionais. De tudo que disseram, de modo geral, percebe-se que a educação especial deste município carece de maiores investimentos em alguns setores específicos. Seria bom se a sociedade como um todo colaborasse nessa questão, buscando de forma conjunta, e não somente o poder público municipal, ofertar para essas crianças o melhor possível.

Um dos profissionais menciona um tema bastante discutido atualmente: a inclusão. Faz referência ao município de Pombal como sendo pólo de abrangência da Educação Especial que, inclusive, já deu início ao processo de inclusão dos alunos especiais às escolas da rede regular de ensino, mas, contrário a isso, menciona que há certa resistência por parte da maioria dos educadores em relação à inclusão, pois antes disso, deveria ter havido capacitações para os profissionais, preparando-os para a função.

Portanto, o que se percebe no atual quadro da Educação Especial do Município de Pombal é que há alguns problemas que necessitam de melhorias. O espaço da instituição é relativamente pequeno para a execução das atividades escolares propostas pelos profissionais, estes por sua vez relataram que seria ótimo para eles e para os alunos, se o município oferecesse mais capacitações na área que atuam, os recursos destinados à Educação Especial são escassos ou insuficientes, as escolas regulares enfrentam no que tange a questão do atender bem os alunos especiais por também não terem passado por um processo de preparação ou capacitação especificamente na área, o que certamente os ajudariam nessa nova empreitada que o município está corajosamente abraçando, apesar de todas as dificuldades.

O município de Pombal oferece aos educandos com necessidades especiais o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que é um começo bem importante para se pensar na inclusão, porém demonstra algumas lacunas em relação à oferta de material e capacitação dos profissionais.

Por conseguinte, percebemos o interesse do município ao longo dos últimos anos em se organizar para concretizar o processo de inclusão. Acredito que, como em todo Brasil, isso esteja ocorrendo de forma paulatina e tímida por que não estamos enfrentando qualquer problema! Na educação, se lida com seres humanos, e qualquer decisão tomada pode ser benéfica ou prejudicial a toda sociedade!

Queremos enveredar por esses caminhos cautelosamente com objetivo de acertar e fazer com que nossa sociedade supere este obstáculo com sabedoria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nascimento da educação inclusiva está historicamente ligado à educação das pessoas com deficiência (FERREIRA, 2006 p.223). Essa frase expressa a importância da educação especial para a educação regular no quadro que configura a atual situação da educação nacional. O novo modelo de educação, ou seja, a educação inclusiva, desafia as escolas regulares a estarem prontas para receberem alunos com necessidades educativas especiais. Em nosso município não é diferente, vemos surgir novas metodologias, novos conceitos, novos paradigmas que envolvem todos aqueles que lidam direta ou indiretamente com educação. Anseios e dúvidas me fizeram concretizar esta pesquisa que agora se finda. Mas e o que seria essa tal de educação inclusiva? Estaríamos falando de uma educação voltada apenas as pessoas com deficiência?

A atual política educacional inclusiva pretende edificar um sistema educacional que respeita as diferenças de e necessidades de todas as crianças, jovens e adultos, sem que haja discriminação. A escola inclusiva deverá ser uma nova escola comum no tocante a organização e funcionamento, embasada em princípios de respeito à dignidade e as diferenças, objetivando iguais oportunidades de acesso ao ensino e a manutenção dos alunos com necessidades educativas especiais.

Nesse ínterim, faz-se necessário hoje em nosso país para que essa realidade se concretize, que haja uma fiscalização minuciosa e eficaz para localizar em que pontos a legislação vigente não está sendo cumprida, para que se possa garantir o direito de inclusão a todas às pessoas envolvidas nesse processo. E se por acaso esse direito for desrespeitado, houver a violação do direito do cidadão, o poder público deve multar essas instituições, pois sem punições, no nosso Brasil, infelizmente, as coisas não andam.

Com relação à legislação recente, o governo federal lançou no ano de 2001, o documento “Direito à educação: necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do Ministério Público” organizado e editado pelo MEC (Ministério da

Educação e Cultura), por intermédio da SEESP (Secretaria de Educação Especial). O documento trata da Política Educacional no âmbito da Educação Especial.

Em nosso país, a história da educação de sujeitos tidos como deficientes se relaciona a história de exclusão de grande parte dos brasileiros. As experiências de exclusão social ao longo dos tempos deram origem ao processo de exclusão de sujeitos com deficiências. No anseio de que essa situação mude é que surge também a idéia dessa pesquisa.

Após analisar a realidade educacional da Escola Especial do município no qual resido, pude constatar que algumas medidas importantes para o processo de inclusão dos alunos especiais na rede regular de ensino já foram tomadas ou estão em andamento.

Vemos, por exemplo, que em relação à acessibilidade, não só arquitetônica, mas educacional, social e cultural, os primeiros passos, apesar de tímidos, já foram dados. Os alunos da Escola Especial ainda não usufruem de todas as adaptações arquitetônicas necessárias, mas constatamos que a Secretaria de Educação disponibilizou um veículo coletivo que circula pela cidade transportando os alunos especiais de casa à escola e da escola a casa. Alguns alunos surdos já estão tendo a oportunidade de estudar nas escolas regulares e, com o intérprete em sala. Alguns professores, inclusive, já se comunicam com eles por meio de sua língua materna (aprenderam apenas algumas palavras). Isso é um ponto assaz significativo para eles, pois transmitem a impressão de que estão sendo aceitos por parte da comunidade escolar.

Algumas escolas, nesse caso, as maiores do município, já possuem salas multifuncionais que foram abertas com a intenção de auxiliar no processo de aprendizagem dos especiais. Ainda se faz necessário capacitar alguns funcionários para atuarem nessas salas, mas o primeiro passo foi dado, cabe ao gestor municipal atual e aos próximos darem continuidade ao processo, buscando melhorias.

As escolas regulares deveriam adaptar seus currículos, poderia ser feita uma espécie de simbiose entre o currículo da Escola Especial e o currículo das escolas regulares, reformulando alguns tópicos com a intenção de direcionar o trabalho realizado com o propósito de beneficiar o aluno diretamente nas suas especificidades. Isso, com relação aos planos de trabalho, de avaliação e atividades

diárias, as crianças com necessidades educativas especiais não acompanham o mesmo ritmo das crianças ditas normais, por essa razão, como acontece na Escola Especial, às escolas regulares devem elaborar atividades diferentes, personalizadas, de acordo com a especificidade de cada aluno. Nas avaliações, devem ser dadas mais oportunidades para a criança especial. Pode-se elaborar uma avaliação diferenciada, pois segundo Mittler (2003), a avaliação (tradicional e homogênea) pode se tornar um instrumento de exclusão.

Os educadores da rede municipal devem buscar formação contínua, de forma que, quando se depararem com a clientela diferente daquela que está habituado a ver, estará se preparando para lidar com as diversas situações que venham ocorrer e não precisará mais usar a tão conhecida frase: “não estamos preparados”.

De acordo com Muller & Glat (1999) para efetivar a educação inclusiva é necessário que o sistema educacional se renove, a escola se modernize, se promovam transformações nas ações pedagógicas, se reestruture o curso de formação de professores, e se invista na atualização dos que já estão atuando nas escolas, pois a inclusão nos desafia tanto pessoal como profissionalmente, e coloca os professores num papel central enquanto agentes de mudança.

Portanto, para atender as novas demandas educacionais, como a inclusão, parece-me primordial repensar a formação do professor, pois este também constrói-se e/ou reconstrói-se a partir dos processos interacionais do cotidiano e possibilita estabelecer uma boa relação consigo mesmo e com seus alunos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília, DF, 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: SEESP, 1994.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei no 10.172/01. 2001.

AMARAL, Lígia Assunção. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.

ARANHA MSF. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. *Temas Psicol.* 1995;2:63-70.

BIANCHETTI, Lucídio. **Revista brasileira de Educação Especial: Aspectos Históricos da Educação Especial**. Centro de Educação da UFSC, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. **Direito à educação: necessidades educacionais especiais: subsídio para atuação do Ministério Público**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ONU/2006. Disponível em <http://www.ampid.org.br>. Acesso em 28/05/2010.

DAVIS, Cláudia; SILVA, Maria Alice S. S. e; ESPÓSITO, Yara. **Papel e valor das interações sociais em sala de aula.** São Paulo: Caderno de Pesquisa, novembro/1989, nº 71, p. 49-54.

FERREIRA, J. R. **Educação Especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras.** In.: RODRIGUES, D. **inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva** – São Paulo, p. 84-113,2006.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Lei nº 9.394, Capítulo V.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

MULLER, T. M. P. GLAT, R. **Uma professora muito especial.** (Questões atuais em Educação Especial n. 4). Viveiros de Castro: 1999.

NARDI, Roberta Galasso. **Ressignificando a Educação Especial a partir da complexidade e do pensamento eco-sistêmico.** PUC-SP, São Paulo, 2007.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência Mental: da superstição à ciência.** São Paulo. T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.

QUEIROZ, Maria Amélia Silva; SILVA, Rita do Socorro Anete. **A formação do pedagogo na Educação Especial: Um estudo descritivo.** Universidades da Amazônia, 2001.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira de Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzáles Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Sites:

<http://www.marcoslacerdapb.hpg.ig.com.br/pombal/conquista.htm>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Educação_especial